



# SUMÁRIO

## 1.ª PARTE

### DIREITO MATERIAL

*Flávio Tartuce*

<b>1. O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E SUA POSIÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....</b>	<b>3</b>
1.1. Primeiras palavras sobre o Código de Defesa do Consumidor. O CDC e a pós-modernidade jurídica.....	3
1.2. O Código de Defesa do Consumidor como norma principiológica. Sua posição hierárquica.....	8
1.3. O Código de Defesa do Consumidor e a teoria do diálogo das fontes.....	14
1.4. O conteúdo do Código de Defesa do Consumidor e a organização da presente obra.....	21
<b>2. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR....</b>	<b>23</b>
2.1. Primeiras palavras sobre os princípios jurídicos.....	23
2.2. Princípio do protecionismo do consumidor (art. 1º da Lei 8.078/1990).....	26
2.3. Princípio da vulnerabilidade do consumidor (art. 4º, inc. I, da Lei 8.078/1990).....	28
2.4. Princípio da hipossuficiência do consumidor (art. 6º, inc. VIII, da Lei 8.078/1990).....	31
2.5. Princípio da boa-fé objetiva (art. 4º, inc. III, da Lei 8.078/1990).....	32
2.6. Princípio da transparência ou da confiança (arts. 4º, <i>caput</i> , e 6º, inc. III, da Lei 8.078/1990). A tutela da informação.....	38
2.7. Princípio da função social do contrato.....	45
2.8. Princípio da equivalência negocial (art. 6º, inc. II, da Lei 8.078/1990).....	53
2.9. Princípio da reparação integral dos danos (art. 6º, inc. VI, da Lei 8.078/1990). Os danos reparáveis nas relações de consumo.....	55
<b>3. ELEMENTOS DA RELAÇÃO JURÍDICA DE CONSUMO.....</b>	<b>67</b>
3.1. A estrutura da relação jurídica de consumo. Visão geral.....	67

3.2.	Os elementos subjetivos da relação de consumo .....	68
3.2.1.	O fornecedor de produtos e o prestador de serviços. O conceito de <i>fornecedor equiparado</i> .....	68
3.2.2.	O consumidor. Teorias existentes. O consumidor equiparado ou <i>bystander</i> .....	73
3.3.	Elementos objetivos da relação de consumo .....	92
3.3.1.	Produto .....	92
3.3.2.	Serviço.....	96
3.4.	Exemplos de outras relações jurídicas contemporâneas e o seu enquadramento como relações de consumo .....	110
3.4.1.	O contrato de transporte e a incidência do Código do Consumidor.....	110
3.4.2.	Os serviços públicos e o Código de Defesa do Consumidor .....	114
3.4.3.	O condomínio edilício e o Código de Defesa do Consumidor.....	115
3.4.4.	A incidência do Código do Consumidor para os contratos de locação urbana .....	117
3.4.5.	A Lei 8.078/1990 e a previdência privada complementar .....	122
3.4.6.	Prestação de serviços educacionais como serviço de consumo..	124
3.4.7.	As atividades notariais e registrais e a Lei 8.078/1990.....	126
3.4.8.	As relações entre advogados e clientes e o Código de Defesa do Consumidor.....	126
<b>4.</b>	<b>RESPONSABILIDADE CIVIL PELO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR....</b>	<b>129</b>
4.1.	A unificação da responsabilidade civil pelo Código de Defesa do Consumidor. A responsabilidade civil objetiva e solidária como regra do Código do Consumidor (risco-proveito). A responsabilidade subjetiva dos profissionais liberais como exceção.....	129
4.2.	Análise dos casos específicos de responsabilidade civil pelo Código de Defesa do Consumidor .....	139
4.2.1.	As quatro hipóteses tratadas pela Lei 8.078/1990 em relação ao produto e ao serviço. Vício <i>versus</i> fato (defeito). Panorama geral e a questão da solidariedade .....	139
4.2.2.	Responsabilidade civil pelo vício do produto .....	145
4.2.3.	Responsabilidade civil pelo fato do produto ou defeito.....	162
4.2.4.	Responsabilidade civil pelo vício do serviço .....	168
4.2.5.	Responsabilidade civil pelo fato do serviço ou defeito.....	173
4.3.	O consumidor equiparado e a responsabilidade civil. Aprofundamentos quanto ao tema e confrontações em relação ao art. 931 do Código Civil...	184
4.4.	Excludentes de responsabilidade civil pelo Código de Defesa do Consumidor.....	194
4.4.1.	As excludentes da não colocação do produto no mercado e da ausência de defeito .....	194

4.4.2.	A excludente da culpa ou fato exclusivo de terceiro .....	206
4.4.3.	A excludente da culpa ou fato exclusivo do próprio consumidor.....	209
4.4.4.	O enquadramento do caso fortuito e da força maior como excludentes da responsabilidade civil consumerista. Os eventos internos e externos e o risco do empreendimento.....	211
4.4.5.	Os riscos do desenvolvimento como excludentes de responsabilidade pelo Código de Defesa do Consumidor .....	225
4.5.	O fato concorrente do consumidor como atenuante da responsabilidade civil dos fornecedores e prestadores .....	229
4.6.	A responsabilidade civil pelo cigarro e o Código de Defesa do Consumidor .....	234
4.7.	A responsabilidade civil pelo Código de Defesa do Consumidor e o <i>recall</i> ...	253
4.8.	A Lei Geral de Proteção de Dados e a responsabilidade civil .....	257
<b>5.</b>	<b>A PROTEÇÃO CONTRATUAL PELO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR .....</b>	<b>263</b>
5.1.	O conceito contemporâneo ou pós-moderno de contrato e o Direito do Consumidor. Os contratos coligados e os contratos cativos de longa duração .....	264
5.2.	A revisão contratual por fato superveniente no Código de Defesa do Consumidor.....	275
5.3.	A função social do contrato e a não vinculação das cláusulas desconhecidas e incompreensíveis (art. 46 do CDC). A interpretação mais favorável ao consumidor (art. 47 do CDC).....	284
5.4.	A força vinculativa dos escritos e a boa-fé objetiva nos contratos de consumo (art. 48 da lei 8.078/1990). A aplicação dos conceitos parcelares da boa-fé objetiva.....	295
5.4.1.	<i>Supressio</i> e <i>surrectio</i> .....	298
5.4.2.	<i>Tu quoque</i> .....	300
5.4.3.	<i>Exceptio doli</i> .....	301
5.4.4.	<i>Venire contra factum proprium</i> .....	302
5.4.5.	<i>Duty to mitigate the loss</i> .....	305
5.5.	O direito de arrependimento nos contratos de consumo (art. 49 da lei 8.078/1990) .....	308
5.6.	A garantia contratual do art. 50 da Lei 8.078/1990.....	315
5.7.	As cláusulas abusivas no Código de Defesa do Consumidor. Análise do rol exemplificativo do art. 51 da Lei 8.078/1990 e suas decorrências .....	319
5.7.1.	Cláusulas que impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços ou impliquem renúncia ou disposição de direitos (art. 51, inc. I, do CDC) .....	320

5.7.2.	Cláusulas que subtraíam ao consumidor a opção de reembolso da quantia já paga (art. 51, inc. II, do CDC).....	321
5.7.3.	Cláusulas que transfiram responsabilidades a terceiros (art. 51, inc. III, do CDC).....	322
5.7.4.	Cláusulas que estabeleçam obrigações consideradas iníquas, abusivas, que coloquem o consumidor em desvantagem exagerada, ou que sejam incompatíveis com a boa-fé ou a equidade (art. 51, inc. IV, do CDC).....	323
5.7.5.	Cláusulas que estabeleçam inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor (art. 51, inc. VI, do CDC).....	329
5.7.6.	Cláusulas que determinem a utilização compulsória de arbitragem (art. 51, inc. VII, do CDC) .....	329
5.7.7.	Cláusulas que imponham representante para concluir ou realizar outro negócio jurídico pelo consumidor (art. 51, inc. VIII, do CDC) .....	332
5.7.8.	Cláusulas que deixem ao fornecedor a opção de concluir ou não o contrato, embora obrigando o consumidor (art. 51, inc. IX, do CDC) .....	333
5.7.9.	Cláusulas que permitam ao fornecedor, direta ou indiretamente, variação do preço de maneira unilateral (art. 51, inc. X, do CDC) .....	333
5.7.10.	Cláusulas que autorizem o fornecedor a cancelar o contrato unilateralmente, sem que igual direito seja conferido ao consumidor (art. 51, inc. XI, do CDC) .....	334
5.7.11.	Cláusulas que obriguem o consumidor a ressarcir os custos de cobrança de sua obrigação, sem que igual direito lhe seja conferido contra o fornecedor (art. 51, inc. XII, do CDC) .....	335
5.7.12.	Cláusulas que autorizem o fornecedor a modificar unilateralmente o conteúdo ou a qualidade do contrato, após sua celebração (art. 51, inc. XIII, do CDC).....	337
5.7.13.	Cláusulas que infrinjam ou possibilitem a violação de normas ambientais (art. 51, inc. XIV, do CDC).....	338
5.7.14.	Cláusulas que estejam em desacordo com o sistema de proteção ao consumidor (art. 51, inc. XV, do CDC).....	339
5.7.15.	Cláusulas que possibilitem a renúncia do direito de indenização por benfeitorias necessárias (art. 51, inc. XVI, do CDC) .....	341
5.8.	Os contratos de fornecimento de crédito na Lei 8.078/1990 (art. 52) e o problema do superendividamento do consumidor. A nulidade absoluta da cláusula de decaimento (art. 53) .....	347
5.9.	O tratamento dos contratos de adesão pelo art. 54 do Código de Defesa do Consumidor. Purgação da mora e teoria do adimplemento substancial na alienação fiduciária em garantia de bens móveis .....	366

<b>6. A PROTEÇÃO QUANTO À OFERTA E À PUBLICIDADE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR .....</b>	<b>379</b>
6.1. Panorama geral sobre a tutela da informação e o Código de Defesa do Consumidor .....	379
6.2. A força vinculativa da oferta no art. 30 da Lei 8.078/1990 .....	381
6.3. O conteúdo da oferta e a manutenção de sua integralidade .....	387
6.4. A responsabilidade civil objetiva e solidária decorrente da oferta .....	394
6.5. A publicidade no Código de Defesa do Consumidor. Princípios informadores. Publicidades vedadas ou ilícitas .....	401
6.5.1. A vedação da publicidade mascarada, clandestina, simulada ou dissimulada (art. 36 do CDC) .....	403
6.5.2. A vedação da publicidade enganosa (art. 37, § 1º, do CDC) .....	404
6.5.3. A vedação da publicidade abusiva (art. 37, § 2º, do CDC). A publicidade comparativa .....	411
6.6. O ônus da prova da veracidade da informação publicitária .....	417
<b>7. O ABUSO DE DIREITO CONSUMERISTA. AS PRÁTICAS ABUSIVAS VEDADAS PELA LEI 8.078/1990 E SUAS CONSEQUÊNCIAS PRÁTICAS .....</b>	<b>419</b>
7.1. Algumas palavras sobre o abuso de direito .....	420
7.2. Estudo das práticas abusivas enumeradas pelo art. 39 do CDC .....	423
7.2.1. Condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos (art. 39, inc. I, do CDC) .....	423
7.2.2. Recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e costumes (art. 39, inc. II, do CDC) .....	431
7.2.3. Enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço (art. 39, inc. III, do CDC)....	433
7.2.4. Prevaler-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista a sua idade, saúde e condição social, para vender-lhe produto ou serviço (art. 39, inc. IV, do CDC) .....	436
7.2.5. Exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva (art. 39, inc. V, do CDC) .....	438
7.2.6. Executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes (art. 39, inc. VI, do CDC) .....	443
7.2.7. Repassar informação depreciativa referente a ato praticado pelo consumidor no exercício de seus direitos (art. 39, inc. VII, do CDC) .....	445
7.2.8. Colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou outra	

	entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – CONMETRO (art. 39, inc. VIII, do CDC).....	445
7.2.9.	Recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais (art. 39, inc. IX, do CDC).....	446
7.2.10.	Elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços (art. 39, inc. X, do CDC).....	447
7.2.11.	Aplicar fórmula ou índice de reajuste diverso do legal ou contratualmente estabelecido (art. 39, inc. XIII, do CDC).....	448
7.2.12.	Deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou deixar a fixação de seu termo inicial a seu exclusivo critério (art. 39, inc. XII, do CDC).....	448
7.2.13.	Permitir o ingresso em estabelecimentos comerciais ou de serviços de um número maior de consumidores que o fixado pela autoridade administrativa como máximo (art. 39, inc. XIII, do CDC).....	448
7.3.	A necessidade de respeito ao tabelamento oficial, sob pena de caracterização do abuso de direito (art. 41 do CDC).....	449
7.4.	O abuso de direito na cobrança de dívidas (art. 42, <i>caput</i> , do CDC). O problema do corte de serviço essencial. A necessidade de prestação de informações na cobrança (art. 42-A do CDC).....	450
7.5.	A repetição de indébito no caso de cobrança abusiva (art. 42, parágrafo único, do CDC).....	463
<b>8.</b>	<b>BANCO DE DADOS E CADASTRO DE CONSUMIDORES.....</b>	<b>475</b>
8.1.	A natureza jurídica dos bancos de dados e cadastros e sua importante aplicabilidade social. Diferenças entre as categorias.....	475
8.2.	O conteúdo dos arts. 43 e 44 do Código de Defesa do Consumidor e seus efeitos. A interpretação jurisprudencial.....	481
8.2.1.	A inscrição ou registro do nome dos consumidores.....	482
8.2.2.	A retificação ou correção dos dados.....	484
8.2.3.	O cancelamento da inscrição.....	489
8.2.4.	A reparação dos danos nos casos de inscrição indevida do nome do devedor. Crítica à Súmula 385 do STJ. Prazo para se pleitear a reparação.....	492
8.2.5.	O cadastro de fornecedores e prestadores e o alcance do art. 44 da Lei 8.078/1990.....	498
8.3.	O cadastro positivo. Breve análise da Lei 12.414, de 9 de junho de 2011, e da Lei Complementar 166, de 8 de abril de 2019.....	500
<b>9.</b>	<b>A DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR (ART. 28 DA LEI 8.078/1990). ASPECTOS MATERIAIS.....</b>	<b>511</b>

**2.ª PARTE****DIREITO PROCESSUAL***Daniel Amorim Assumpção Neves*

<b>10. TUTELA INDIVIDUAL DO CONSUMIDOR EM JUÍZO.....</b>	<b>527</b>
10.1. Introdução .....	527
10.2. Meios de solução dos conflitos .....	529
10.2.1. Introdução .....	529
10.2.2. Jurisdição .....	530
10.2.3. Equivalentes jurisdicionais.....	531
10.2.3.1. Autotutela.....	532
10.2.3.2. Autocomposição .....	533
10.2.3.3. Mediação.....	535
10.2.3.4. Conciliação e mediação no CPC/2015.....	536
10.2.3.4.1. Introdução .....	536
10.2.3.4.2. Centros Judiciários de solução consensual de conflitos .....	536
10.2.3.4.3. Local físico da conciliação e mediação.....	537
10.2.3.4.4. Conciliador e mediador .....	538
10.2.3.4.5. Princípios das formas consensuais de solução dos conflitos.....	539
10.2.3.4.6. Cadastros.....	544
10.2.3.4.7. Remuneração do conciliador e do mediador .....	545
10.2.3.4.8. Impedimento do conciliador e do mediador .....	545
10.2.3.4.9. Causas de exclusão.....	546
10.2.3.4.10. Solução consensual no âmbito administrativo.....	546
10.2.3.4.11. Conciliação e mediação extrajudiciais.....	547
10.2.3.5. Arbitragem .....	547
10.2.3.5.1. Generalidades .....	547
10.2.3.5.2. Arbitragem na relação consumerista.....	549
10.3. Tutela específica das obrigações de fazer e não fazer .....	554
10.3.1. Introdução .....	554
10.3.2. Tutela jurisdicional .....	555
10.3.2.1. Tutela jurisdicional específica.....	555
10.3.2.2. Tutela inibitória .....	556
10.3.3. Procedimento previsto pelo art. 84 do CDC.....	558

10.3.3.1.	Introdução .....	558
10.3.3.2.	Obtenção de tutela específica ou determinação de providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento .....	558
10.3.3.3.	Conversão em perdas e danos .....	559
10.3.3.4.	Tutela de urgência .....	561
10.3.3.5.	Tutela da evidência.....	564
10.3.3.5.1.	Introdução .....	564
10.3.3.5.2.	Hipóteses de cabimento .....	565
10.3.3.6.	Atipicidade dos meios executivos.....	569
10.3.3.7.	Multa.....	574
10.3.3.7.1.	Introdução.....	574
10.3.3.7.2.	Valor da multa .....	574
10.3.3.7.3.	Beneficiado pela multa .....	575
10.3.3.7.4.	Fazenda Pública em juízo .....	575
10.3.3.7.5.	Alteração do valor e periodicidade da multa.....	576
10.3.3.7.6.	Exigibilidade da multa .....	580
10.3.3.7.7.	Termo inicial da multa e intimação do devedor .....	582
10.4.	Competência .....	582
10.4.1.	Introdução .....	582
10.4.2.	Competência da Justiça.....	583
10.4.3.	Competência territorial .....	585
10.4.3.1.	Cláusula de eleição de foro .....	589
10.4.3.1.1.	Introdução .....	589
10.4.3.1.2.	Súmula 33 do STJ – vedação ao reconhecimento de ofício de incompetência relativa .....	590
10.4.3.1.3.	Flexibilização jurisprudencial à Súmula 33 do STJ.....	590
10.4.3.1.4.	O indevido condicionamento da declaração de nulidade de cláusula de eleição de foro e o reconhecimento de ofício da incompetência relativa .....	592
10.4.3.1.5.	Ineficácia da cláusula de eleição de foro..	593
10.4.3.1.6.	A curiosa criação de uma preclusão judicial temporal.....	594
10.4.4.	Competência do juízo .....	596
10.5.	Intervenções de terceiros .....	596
10.5.1.	Introdução .....	596



10.5.2.	Denúnciação da lide .....	597
10.5.2.1.	Vedação legal .....	597
10.5.2.2.	Fundamentos da vedação legal .....	598
10.5.2.2.1.	Dilação do tempo de duração do processo em prejuízo ao consumidor.....	598
10.5.2.2.2.	Nova causa de pedir em razão da denúnciação da lide .....	601
10.5.2.2.3.	Abrangência da vedação legal .....	602
10.5.3.	Chamamento ao processo .....	604
10.5.3.1.	Introdução .....	604
10.5.3.2.	Espécie atípica de chamamento ao processo .....	604
10.5.3.3.	Ação diretamente proposta contra a seguradora.....	606
10.5.3.4.	Vedação de integração do Instituto de Resseguros do Brasil.....	608
10.6.	Litisconsórcio alternativo e o Código de Defesa do Consumidor.....	608
10.7.	Inversão do ônus da prova .....	614
10.7.1.	Ônus da prova .....	614
10.7.2.	Regras de distribuição do ônus da prova .....	615
10.7.3.	Inversão do ônus da prova .....	617
10.7.3.1.	Inversão convencional.....	617
10.7.3.2.	Inversão legal.....	618
10.7.3.3.	Inversão judicial .....	620
10.7.3.3.1.	Requisitos para a inversão judicial.....	623
10.7.4.	Momento de inversão do ônus da prova .....	627
10.7.5.	Inversão do ônus da prova e do adiantamento de custas processuais.....	632
<b>11.</b>	<b>TUTELA COLETIVA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO.....</b>	<b>637</b>
11.1.	Introdução .....	637
11.1.1.	Tutela jurisdicional coletiva.....	637
11.1.2.	Origem da tutela jurisdicional coletiva .....	639
11.1.3.	Microsistema coletivo .....	641
11.1.4.	Marcos legislativos .....	645
11.2.	Espécies de direitos protegidos pela tutela coletiva.....	648
11.2.1.	Introdução .....	648
11.2.2.	Direitos ou interesses?.....	648
11.2.3.	Direito difuso.....	650
11.2.4.	Direito coletivo .....	652
11.2.5.	Direitos individuais homogêneos .....	654
11.2.6.	Identidades e diferenças entre os direitos coletivos <i>lato sensu</i> .....	659

11.2.7.	Direitos individuais indisponíveis .....	661
11.3.	Competência na tutela coletiva .....	664
11.3.1.	Competência absoluta: funcional ou territorial? .....	664
11.3.2.	Competência absoluta do foro .....	666
11.3.3.	Dano local, regional e nacional .....	669
11.4.	Legitimidade.....	672
11.4.1.	Espécies de legitimidade.....	672
11.4.2.	Cidadão.....	674
11.4.3.	Ministério Público.....	676
11.4.4.	Pessoas jurídicas da Administração Pública.....	681
11.4.5.	Associação .....	682
11.4.5.1.	Introdução .....	682
11.4.5.2.	Constituição há pelo menos um ano .....	683
11.4.5.3.	Pertinência temática.....	686
11.4.5.4.	Representação adequada ( <i>adequacy of representation</i> ) .....	686
11.4.5.4.1.	Introdução .....	686
11.4.5.4.2.	Sistema <i>ope iudicis</i> (sistema da <i>common law</i> ).....	686
11.4.5.4.3.	Sistema <i>ope legis</i> ( <i>civil law</i> ).....	687
11.4.5.4.4.	Situação atual no Brasil .....	689
11.4.5.4.5.	Legitimidade extraordinária ou representação processual? .....	691
11.4.6.	Defensoria Pública.....	694
11.5.	Relação entre a ação coletiva e a individual .....	703
11.5.1.	Introdução .....	703
11.5.2.	Litispendência .....	703
11.5.3.	Conexão e continência.....	704
11.5.3.1.	Conceito .....	704
11.5.3.2.	Insuficiência do conceito legal de conexão .....	706
11.5.3.3.	Vantagens e desvantagens da reunião dos processos.....	708
11.5.3.4.	Obrigatoriedade ou facultatividade na reunião de processos em razão da conexão.....	710
11.5.3.5.	Especificamente na relação entre ação coletiva e individual .....	712
11.5.4.	Suspensão do processo individual.....	714
11.5.5.	Extinção do mandado de segurança individual.....	716
11.6.	Coisa julgada .....	717
11.6.1.	Introdução .....	717
11.6.2.	Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i> .....	717

11.6.3.	Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> .....	723
11.6.4.	Limitação territorial da coisa julgada.....	724
11.7.	Gratuidade.....	730
11.7.1.	Introdução.....	730
11.7.2.	Isenção de adiantamento.....	730
11.7.3.	Condenação em verbas de sucumbência.....	735
11.8.	Liquidação de sentença.....	738
11.8.1.	Conceito de liquidez e obrigações liquidáveis.....	738
11.8.2.	Natureza jurídica da liquidação.....	740
11.8.3.	Legitimidade ativa.....	741
11.8.4.	Competência.....	744
11.8.5.	Espécies de liquidação de sentença.....	746
11.8.6.	Direito difuso e coletivo.....	748
11.8.7.	Direito individual homogêneo.....	748
11.8.8.	Liquidação individual das sentenças de direito difuso e coletivo.....	749
11.9.	Execução.....	750
11.9.1.	Processo de execução e cumprimento de sentença.....	750
11.9.1.1.	Execução por sub-rogação e indireta.....	751
11.9.1.2.	Prescrição.....	756
11.9.2.	Legitimidade ativa.....	759
11.9.3.	Direitos difusos e coletivos.....	761
11.9.4.	Direitos individuais homogêneos.....	762
11.9.4.1.	Introdução.....	762
11.9.4.2.	Execução por <i>fluid recovery</i> .....	762
11.9.4.3.	Legitimidade.....	766
11.9.5.	Regime jurídico das despesas e custas processuais.....	769
<b>12.</b>	<b>ASPECTOS PROCESSUAIS DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.....</b>	<b>771</b>
12.1.	Introdução.....	771
12.2.	Responsabilidade patrimonial secundária.....	771
12.3.	Forma procedimental da desconsideração da personalidade jurídica.....	775
12.3.1.	Introdução.....	775
12.3.2.	Momento.....	776
12.3.3.	Procedimento.....	777
12.3.4.	Forma de defesa do sócio (ou da sociedade na desconsideração inversa).....	781
12.3.5.	Recorribilidade.....	783
12.4.	Desconsideração da personalidade jurídica de ofício.....	784

<b>13. ORDEM PÚBLICA E TUTELA PROCESSUAL DO CONSUMIDOR</b> .....	787
13.1. Matérias de defesa .....	787
13.2. Preclusão temporal .....	788
13.3. Preclusão consumativa .....	792
13.4. Objeções e natureza de ordem pública das normas consumeristas .....	793
<b>14. HABEAS DATA E DIREITO DO CONSUMIDOR</b> .....	797
14.1. Introdução .....	797
14.2. Direito à informação e <i>habeas data</i> .....	798
14.3. Hipóteses de cabimento .....	799
14.3.1. Introdução .....	799
14.3.2. Direito à informação .....	799
14.3.3. Direito à retificação de dados.....	800
14.3.4. Anotação sobre dado verdadeiro .....	800
14.4. Fase administrativa .....	801
14.4.1. Interesse de agir .....	801
14.4.2. Procedimento .....	802
14.4.2.1. Fase pré-processual .....	802
14.4.2.2. Fase processual.....	804
14.4.2.2.1. Introdução .....	804
14.4.2.2.2. Petição inicial .....	805
14.4.2.2.3. Posturas do juiz diante da petição inicial.	806
14.4.2.2.4. Prestação de informações.....	807
14.4.2.2.5. Intimação da pessoa jurídica de direito público? .....	808
14.4.2.2.6. Participação do Ministério Público .....	808
14.4.2.2.7. Instrução .....	808
14.4.2.2.8. Decisão .....	809
14.5. Liminar .....	810
14.6. Legitimidade.....	811
14.6.1. Legitimidade ativa.....	811
14.6.2. Legitimidade passiva.....	812
14.7. Competência .....	813
14.8. Recursos .....	814
<b>BIBLIOGRAFIA</b> .....	817